

Câmara admite não controlar

A Câmara cede a todos os pedidos feitos pelas lideranças, com base e cotas pré-estipuladas. "Se as lideranças repassam para os partidos, não temos como controlar", admite o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino. Nesta cota estão incluídos os telefones e o uso das linhas, correio, papel, cópias, equipamentos e material de escritório (máquinas de escrever, computador, fax, clipes, papel, envelope), cafezinho, água e os funcionários requisitados. Sabino não sabe dimensionar os custos, mas reconhece que são altos.

De acordo com as normas da Casa, o líder tem direito a duas cotas: a de líder e a de deputado. Ele e cada um dos vice-líderes têm direito ao equivalente a 1.384 URVs (CR\$ 2,68 milhões, pela cotação de sexta-feira, dia 3) em serviços postais. A cota de telefone também é dobrada para os vice-líderes (1.264 URVs, ou CR\$ 2,45 milhões na sexta-feira). O que é gasto a mais, a Câmara desconta no contracheque do deputado no mês seguinte. As lideranças ganham ainda: jornal, água, café, material de escritório

e mobiliário permanente (mesas, cadeiras, arquivos, um fax, uma máquina xerox, um computador).

Quando há dissidências no partido, e ele encolhe, a Câmara não consegue de volta sequer um metro quadrado, reclama Sabino. Alguns casos já passaram para a história da Câmara. Quando o PFL surgiu do antigo PDS, foi a maior briga para saber com quem ficava cada espaço. O maior brigação era Ulysses Guimarães. O PMDB ia ampliando sua invasão à medida que aumentava o número de seus parlamentares. Chegou a ter quase 300 e, de crise em crise, está hoje com cem. "Esse espaço foi uma conquista do doutor Ulysses", diz uma antiga funcionária, para justificar os 350 m² que o PMDB ocupa atualmente.

Mas o *affair* que deixou a Câmara em apuros aconteceu ano passado. No subsolo do **Bloquinho** (entre os anexos II e III), o PP achou de instalar a sala do presidente, Alvaro Dias, ao lado do PSD, cujo líder na época era o agora cassado Onaireves Moura, arquiinimigo de Dias no Paraná. Onaireves fez uma representação à Mesa, que se viu obrigada a responder que não funcionava na Casa qualquer partido, por ser isto ilegal. Onaireves foi cassado e a plaquinha voltou a estampar a porta da "Presidência do PP".